

TESTE ESCRITO DE CONHECIMENTO
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE
IGUATU-CE

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - O teste escrito de conhecimento constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e terá a duração de 04 (quatro) horas.
- 1.1 - Verifique se a prova está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
- 1.1.1 - Qualquer reclamação só será acatada, no tocante ao item 1.1, até meia hora do início da prova.
- 2 - O (a) pré-candidato (a) deverá informar seu número de inscrição no local especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação do teste escrito de conhecimento e consequente eliminação do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.
- 3 - No teste escrito de conhecimento, cada questão de múltipla escolha constará de 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e 01 (uma) única opção correta.
- 4 - No teste escrito de conhecimento, cada questão de múltipla escolha valerá 01 (um) ponto.
- 4.1 - Caso seja anulada alguma questão do teste escrito de conhecimento, esta será contada como acerto para todos (as) os (as) pré-candidatos (as).
- 5 - A folha de respostas deverá ser preenchida com caneta esferográfica transparente, de cor azul ou preta.
- 6 - Não será permitido o compartilhamento de material entre os candidatos.
- 7 - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer marcação diferente.
- 7.1 - Não amasse e não dobre a folha de respostas.
- 8 - O candidato NÃO poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões.
- 9 - Não será permitido utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 10 - Os três últimos candidatos deverão permanecer no local de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após registro em Ata de suas respectivas assinaturas.
- 11 - O candidato só terá acesso à folha de respostas para o preenchimento do gabarito 1 (uma) hora após a aplicação da prova.
- 12 - A questão dissertativa versará sobre questões associadas aos direitos das crianças e adolescentes e/ou a função pública de Conselheiro (a) Tutelar, e deverá ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) linhas.
- 13 - A questão dissertativa, terá o valor máximo de 10 (dez) pontos e tem o objetivo de avaliar a apropriação do conteúdo e a capacidade de expressão na modalidade escrita do pré-candidato, considerando:
 - a) conhecimento das legislações referentes à questão;
 - b) pertinência ao tema proposto e
 - c) argumentação coerente das ideias.
- 14 - Será fornecida aos (as) pré-candidatos (as) 01 (uma) folha de rascunho e apenas 01(uma) folha oficial padrão para realização da questão dissertativa.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
UTILIZE CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA OU AZUL.	
MARQUE ASSIM: ● 	NÃO MARQUE ASSIM: ⊗ ⊙ ⊛

CÓDIGO IDENTIFICADOR: 000.2019

NOME:	
INSCRIÇÃO:	
RG:	CPF:

TESTE ESCRITO DE CONHECIMENTO
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE
IGUATU-CE

1. Qual a função da tecla F2 do Windows Explorer do MS Windows 7 profissional em português ao ser pressionada sobre um arquivo ou pasta?

- A) enviar o arquivo ou pasta para a lixeira.
- B) editar o nome do arquivo ou pasta.
- C) criptografar o arquivo ou pasta.
- D) compactar o arquivo ou pasta.

2. Quais teclas devem ser pressionadas para gerenciar janelas abertas de vários aplicativos no Microsoft Windows, alternando rapidamente entre as mesmas?

- A) CTRL + TAB
- B) ALT + CTRL
- C) CTRL + SHIFT
- D) ALT + TAB

3. Utilizando Windows, Alfredo, que é conselheiro tutelar, cria um arquivo no editor de textos e o salva em uma pasta. Em seguida, ele posiciona o mouse sobre este arquivo, clica com o botão direito e seleciona a opção “Propriedades”. Na janela aberta, Alfredo marca o atributo “Somente leitura”. A escolha dessa opção impede que o arquivo seja:

- A) modificado.
- B) lido pelo editor de textos.
- C) deletado.
- D) anexado a um e-mail.

4. Os atalhos de teclado Ctrl + I e Ctrl + S são utilizados, respectivamente, em um microcomputador com Windows Vista instalado, no Word 2010 BR com as seguintes finalidades:

- A) imprimir nota de rodapé e salvar documento.
- B) inserir tabela e sublinhar texto.
- C) aplicar itálico e sublinhar texto.
- D) aplicar itálico e salvar documento.

5. O conselheiro tutelar Marcos, utilizando-se do Microsoft Word, depois de digitar um documento, pressiona o ícone ¶ no programa, pretende:

- A) justificar um parágrafo.
- B) mostrar marcas de parágrafos e outros símbolos de formatação ocultos.
- C) dar a aparência de um texto marcado com marca-texto.
- D) inserir a citação de um livro, como fonte de informação do documento.

6. Assinale um exemplo de código malicioso (Malware), que é um programa especificamente desenvolvido para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador:

- A) spam.
- B) firewall.
- C) antivírus.
- D) cavalo de troia.

7. Marque a assertiva correta. O mecanismo de embaralhamento ou codificação utilizado para proteger a confidencialidade de dados transmitidos ou armazenados denomina-se:

- A) assinatura digital.
- B) certificação digital.
- C) criptografia.
- D) proxy.

8. Como é denominado o software concebido com o objetivo de prevenir, detectar e eliminar programas maliciosos?

- A) Bloco de Notas.
- B) Antivírus.
- C) Windows Explorer.
- D) Microsoft Office.

9. São exemplos de sites de busca da Internet:

- A) Bing e Google.
- B) UOL e Apache.
- C) FileMaker e Dataflex.
- D) Youtube e Firefox.

10. No que se refere à navegação na internet, são exemplos de Browser, exceto:

- A) Internet Explorer.
- B) Mozilla Firefox.
- C) Skype.
- D) Opera Web Browser.

11. As entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente somente poderão funcionar depois de registradas perante o:

- A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- B) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) Conselho Tutelar Federal.
- D) Ministério Público Federal.

12. Quanto ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho da criança e do adolescente, afirma-se com precisão que:

- A) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B) ao adolescente aprendiz, ainda que menor de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- C) é garantido o adicional por trabalho perigoso, insalubre ou penoso ao adolescente aprendiz.
- D) ao adolescente empregado, é permitido o trabalho realizado entre as cinco horas da manhã e as vinte e duas horas do mesmo dia.

13. Marque a assertiva correta com base no que dispõe o ECA a respeito de ato infracional, medidas socioeducativas, entidades de atendimento e direito à saúde:

- A) as entidades governamentais de atendimento ao menor que descumprirem as obrigações relacionadas ao desenvolvimento de programas de internação estão sujeitas às seguintes penalidades: advertência, suspensão total do repasse de verbas, interdição das unidades ou suspensão do programa.
- B) as situações de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente devem ser imediata e concomitantemente informadas ao MP, ao juiz da localidade e ao conselho tutelar, sem prejuízo de outras providências.

C) nenhum adolescente pode ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional, permitindo-se a sua prisão preventiva ou temporária desde que decretada por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

D) as entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes somente podem funcionar depois de registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, que deve comunicar o registro, cuja validade máxima é de quatro anos, ao conselho tutelar e ao juiz da localidade.

14. A falta de saneamento é responsável por boa parte dos índices de mortalidade infantil, uma vez que o esgoto a céu aberto, aquele que corre pelas valas sem nenhuma forma de tratamento, é um dos problemas ambientais que mais afeta os brasileiros. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relativamente ao problema acima, está correto afirmar que:

A) a garantia de acesso aos serviços de saneamento básico às famílias compõe o rol de condições para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

B) as iniquidades presentes no país que produzem elevados índices de mortalidade infantil e juvenil estão relacionadas às atitudes dos gestores públicos.

C) o acesso aos serviços de saneamento básico e sua cobertura expressam o grau de cidadania conquistada pelas populações.

D) o ECA não aborda questões ambientais ou de saneamento básico como direitos da criança e do adolescente.

15. O Estatuto da Criança e do Adolescente, definiu, expressamente, na perspectiva de conceituar adequadamente as situações de violência contra a criança e o adolescente:

A) negligência grave como a omissão reiterada, por quem detenha o dever de cuidado, capaz de produzir danos físicos e/ou psíquicos à criança ou adolescente.

B) castigo moral como a ação ou omissão que, sem causar dano físico, tenha por objetivo submeter criança ou adolescente a vexame ou constrangimento.

C) castigo físico como a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força sobre a criança ou adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

D) tratamento cruel ou degradante como toda conduta intencionalmente voltada à violação de um direito fundamental da criança que produza sofrimento ou comprometa seu desenvolvimento saudável.

16. A Lei Nº 8.069 de julho de 1990 sofreu modificações, em março de 2016, destinadas a incorporar ou reforçar regras voltadas à proteção da primeira infância, entre as quais podemos citar:

A) responsabilização criminal de pais ou responsável que, injustificadamente, deixem de promover vacinação de crianças sob sua guarda.

B) direito da parturiente, junto ao Sistema Único de Saúde, de contar com um acompanhante de sua preferência no pré-natal, e o pós-parto e dois acompanhantes durante o trabalho de parto.

C) isenção de multas, custas e emolumentos nos registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento da criança.

D) possibilidade de destituição sumária do poder familiar em caso de abuso sexual praticado ou facilitado pelos genitores contra criança de até 6 anos de idade.

17. Analise os itens abaixo e a seguir e assinale a alternativa correta quanto ao direito à vida e à saúde, previsto no estatuto da criança e do adolescente:

I. o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

II. os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a

permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança e em pelo menos meio período nos casos de internação de adolescente.

III. incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) Apenas II está correta.
- D) I, II e III estão corretas.

18. De acordo com a Doutrina da Proteção Integral a Criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e nas leis. Nesse sentido, o direito de liberdade, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, compreende:

- A) liberdade de buscar refúgio, auxílio e orientação e ter liberdade de opinião e expressão.
- B) ter limitado o seu direito de ir e vir com base no toque de recolher.
- C) liberdade de crença e de culto, desde que seja aquela vinculada à vontade de seus pais ou do responsável legal.
- D) liberdade de brincar, praticar esportes e divertir-se, sempre acompanhado de um responsável legal.

19. Considere a situação:

Adonias e Catarina, ele com 38 anos e ela com 35 anos de idade e casados desde 2014, adotaram Júlia, com 16 anos de idade, após regular procedimento perante a Vara da Infância e Juventude de Iguatu/CE. A sentença judicial que constituiu o vínculo de adoção foi proferida em dezembro de 2018 e imediatamente inscrita no Cartório de Registro Civil.

Considerando a situação hipotética acima apresentada e a Lei n.º 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) —, assinale a opção correta:

- A) o falecimento de Adonias e Catarina restabelecerá o pátrio poder aos pais biológicos de Júlia, o que ocorrerá com o encaminhamento da certidão de óbito dos pais adotantes ao Cartório de Registro Civil.
- B) o processo de adoção é nulo em razão da diferença de idade entre adotantes e adotada.
- C) em razão de sua idade, é necessário o consentimento de Júlia no processo de adoção.
- D) na certidão de nascimento de Júlia, constarão os nomes de Adonias e Catarina como pais adotantes e os nomes dos pais biológicos para resguardar futuros direitos patrimoniais.

20. É correto afirmar, no que concerne à definição ou concepção do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se trata:

- A) da integração dos órgãos da justiça, visando à garantia do acesso à justiça por adolescente autor de ato infracional.
- B) da articulação e integração entre as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- C) do conjunto das organizações governamentais para mobilização da opinião pública sobre os direitos da criança e do adolescente.
- D) da integração dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares na defesa dos interesses da criança e do adolescente.

21. Os Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente bem como os órgãos gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, nos seus respectivos níveis, devem articular-se com os Conselhos e órgãos responsáveis pelo controle, gestão, supervisão e avaliação dos demais sistemas e políticas sociais para o desenvolvimento de ações integradas e que levem em consideração as peculiaridades que

cercam o atendimento aos adolescentes inseridos no SINASE. Destacam-se, entre outras ações que podem favorecer o desenvolvimento da articulação, as seguintes alternativas:

I- estímulo à prática da intersetorialidade;

II- campanhas conjuntas destinadas à sociedade em geral e aos profissionais da área, com vistas à concretização da Doutrina de Proteção Integral adotada pelo ECA;

III- promoção de discussões, encontros, seminários (gerais e temáticos) conjuntos;

IV- respeito às competências e atribuições de cada ente federativo e de seus órgãos, evitando-se a sobreposição de ações.

Está correto o que se afirma em:

A) todas as afirmativas.

B) apenas I e II.

C) apenas II e III.

D) nenhuma das afirmativas.

22. Marque a alternativa correta em relação à Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo:

A) após a unificação de medida socioeducativa de internação, é possível que o adolescente em conflito com a lei cumpra a referida medida socioeducativa em prazo superior a 3 (três) anos.

B) em regra, a eventual impugnação suspende a execução do plano individual elaborado pela técnica do programa de atendimento da medida socioeducativa.

C) as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no mínimo a cada 6 (seis) meses.

D) a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida são fatores que, por si, justificam a substituição da medida socioeducativa imposta ao adolescente em conflito com a lei por outra menos grave.

23. Avalie a situação hipotética com base no art. 197-A da Lei n.º 8.069/90: ao fazer o pedido ao juiz, a apresentação de comprovante de renda por um casal que deseja se habilitar para adoção de uma criança, é:

A) desnecessária.

B) exigida apenas quando o Juiz assim determina.

C) necessária.

D) exigida apenas quando o Ministério Público solicita.

24. Assinale a opção correta a respeito das entidades e programas de atendimento previstos no ECA:

A) são medidas aplicáveis a todas as entidades de atendimento que descumprirem obrigações previstas no ECA: advertência, suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, interdição de unidades ou suspensão de programa e cassação do registro.

B) sob pena de violação dos princípios da inércia, da imparcialidade e do devido processo legal, é vedado ao juiz fiscalizar de ofício as entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes.

C) as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar o fato ao juiz da infância e da juventude em até vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

D) o dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao tutor, para todos os efeitos de direito, devendo remeter ao MP, no máximo a cada seis meses, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e de sua família.

25. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui garantia processual assegurada à criança e ao adolescente, salvo:

- A) assistência judiciária gratuita e integral, em caso de necessidade.
- B) defesa técnica por advogado.
- C) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- D) direito de ser ouvido pela autoridade competente, por meio de seus representantes legais.

26. No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considere:

- I. A intervenção do Estado será prioritariamente voltada para a orientação e o apoio de promoção social da família natural.**
- II. A reintegração da criança e do adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência de atendimento e em qualquer situação.**
- III. Na impossibilidade de permanência na família de origem, a criança e o adolescente serão sempre colocados em família substituta.**
- IV. A inclusão de criança ou adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência no caso da ausência da família natural.**
- V. A adoção internacional de criança ou adolescente domiciliado no Brasil somente terá lugar quando se esgotarem todas as possibilidades no Brasil.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I, III e V.
- B) I e V.
- C) II e IV
- D) todas as alternativas estão corretas.

27. Na Lei nº 8.069/90 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e os adolescentes passam a ser sujeitos de direitos, uma vez que passam a gozar de:

- I. todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral.**
- II. todas as oportunidades no tocante ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.**
- III. direitos protetivos a partir do momento em que pratica ato delinquente quando em situação de abandono familiar.**
- IV. direitos por responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e IV.

28. Avalie as seguintes afirmações sobre a disciplina e as disposições da Lei n. 8.069/90:

- I. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.**
- II. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.**
- III. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, e confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito,**

exceto previdenciários.

Esta integralmente correto o que se afirma em:

- A) apenas a assertiva III.
- B) apenas a assertiva I.
- C) apenas a assertiva II.
- D) as assertivas I, II e III.

29. Assinale a afirmativa correta em relação ao poder familiar:

- A) o consentimento dos pais, detentores do poder familiar, nos pedidos para colocação em família substituta, é retratável até a data da realização da audiência judicial, sendo vedado aos pais exercerem o arrependimento após a prolação da sentença de extinção do poder familiar.
- B) é atribuição do Conselho Tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- C) a condenação criminal do pai ou da mãe, por crime doloso praticado contra a vida, implicará na destituição do poder familiar.
- D) no procedimento para suspensão ou perda do poder familiar é obrigatória a oitiva dos pais sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido, ressalvados os casos de não comparecimento perante a Justiça quando devidamente citados ou estiverem privados de liberdade.

30. Considerando o direito da criança à proteção, à vida e à saúde, nos termos do disposto no Estatuto da Criança e Adolescente, julgue:

I. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

II. Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua.

III. Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.

31. Julgue a alternativa e assinale a opção que completa, correta e respectivamente, as lacunas do seguinte dispositivo legal: “O poder familiar será exercido, _____1, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado _____2”.

- A) prioritariamente, pela mãe¹ — o direito do pai de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência².
- B) prioritariamente, pelo pai¹ — o direito da mãe de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência².
- C) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe¹ — a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência².
- D) em condições semelhantes, pelo pai e pela mãe¹ — o direito de recorrer à autoridade judiciária em caso de concordância ou discordância².

32. Acerca do direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- A) para a concessão da guarda, tutela e adoção de criança e adolescente, é imprescindível a prévia suspensão ou destituição do poder familiar de ambos os pais.
- B) e garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- C) por expressa determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando preservar a integridade emocional, as crianças com idade inferior a sete anos não podem visitar os pais privados de liberdade.
- D) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

33. Dentre as normas relativas ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), está previsto:

- A) ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- B) ao adolescente até dezesseis anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem, após o que, na condição de aprendiz, passa a receber salário.
- a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência
- C) obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.
- D) o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental com fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

34. De acordo com o Art. 94, da Lei 8.069/90, está entre o rol das obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação:

- A) fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes.
- B) restringir todo direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação.
- C) eliminar arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.
- D) privar cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.

35. Avalie e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna abaixo no tocante ao Art. 66 do ECA, “Ao adolescente portador de deficiência _____”.

- A) são assegurados direitos trabalhistas.
- B) são assegurados direitos previdenciários.
- C) são assegurados direitos trabalhistas e previdenciários.
- D) é assegurado o trabalho protegido.

36. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, são princípios que norteiam a aplicação de medidas de proteção, exceto:

- A) responsabilidade parental.
- B) proteção integral e prioritária.
- C) interesse superior da criança e do adolescente.
- D) responsabilidade secundária e subsidiária do poder público.

37. De acordo com a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos

dessas medidas:

- A) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua punição.
- B) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento e de sua inserção qualificada no mercado de trabalho após seu desligamento do sistema.
- C) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.
- D) a criação e desenvolvimento de programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, bem como apoio às famílias daqueles adolescentes que cometeram infração devido a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

38. Dário adotou Sérgio, criança de 8 anos então acolhida em instituição. Seis anos depois, por conta de severos conflitos com o filho adotivo, fracassadas várias alternativas de preservação do vínculo, Dário decide “devolver” Sérgio. Conforme previsão legal expressa:

- A) a devolução importará na exclusão de Dário dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.
- B) a devolução importará na proibição das visitas de Dário a Sérgio, com retorno imediato deste último ao cadastro de crianças e adolescentes em condição de serem adotados, independentemente de prévia decretação da perda do poder familiar.
- C) concluída a adoção, fica proibido o novo acolhimento institucional de Sérgio, que permanecerá ou com Dário, ou sob guarda de seus parentes ou, na impossibilidade, sob a custódia de família acolhedora.
- D) sendo a adoção irrevogável, em caso de novo acolhimento, Sérgio permanecerá necessariamente sob o poder familiar de Dário, que lhe deverá alimentos até completar 18 anos.

39. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta:

- A) subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
- B) a autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.
- C) a sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- D) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

40. Segundo o ECA em relação a adoção, o adotante deve ser mais velho que o adotando por pelo menos:

- A) 18 (dezoito) anos.
- B) 17 (dezesete) anos.
- C) 16 (dezesesseis) anos.
- D) 15 (quinze) anos.

41. Será declarada extinta a medida socioeducativa pela:

- A) morte de um dos pais do adolescente, devidamente comprovada mediante certidão de óbito.
- B) realização de sua finalidade, a juízo dos pais ou do responsável pelo adolescente, mediante redução termo do requerimento.
- C) condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da

medida.

D) morte do adolescente, desde que o óbito tenha ocorrido dentro das dependências da unidade.

42. Analise as afirmativas a seguir, quanto à família substituta.

I. A colocação da criança ou adolescente em família substituta se fará mediante a guarda, tutela ou adoção e independentemente da sua situação jurídica.

II. Os grupos de irmãos deverão ser colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa.

III. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de tutela e adoção.

IV. Tratando-se de menor de 12 (doze) anos de idade, não será necessário seu consentimento expresso.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

43. Tício e Caio vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, encaminham-se até o Juízo da Infância e da Juventude, recebendo do Oficial da Infância e Juventude a seguinte orientação sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA:

- A) somente serão habilitados para adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.
- B) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral.
- C) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva.
- D) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

44. Marque a assertiva correta de acordo com os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente:

- A) considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até 10 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.
- B) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e Adolescente, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades para lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.
- C) a medida socioeducativa pode ser aplicada tanto à criança quanto ao adolescente que tiver praticado ato infracional.
- D) o consentimento dos pais biológicos no procedimento de adoção, dado sob a forma de renúncia ao poder familiar, é irretratável.

45. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro é denominado:

- A) perfilhação.
- B) apadrinhamento.
- C) adoção.
- D) guarda.

46. Assinale a afirmativa correta segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) as medidas de proteção à criança e ao adolescente não poderão ser aplicadas cumulativamente nem substituídas por outras a qualquer tempo.
- B) as medidas de proteção à criança e ao adolescente não são aplicáveis quando seus direitos forem ameaçados ou violados em razão de sua própria conduta.
- C) na aplicação das medidas de proteção, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- D) a aplicação das medidas de proteção é regida pelo princípio do interesse superior da criança e do adolescente, em detrimento de outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

47. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considere as afirmações abaixo:

I - São medidas aplicáveis aos pais, dentre outras: o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, a programa oficial ou comunitário de proteção à família, a cursos ou programas de orientação, destituição da tutela e advertência.

II - Prestação de serviços à comunidade, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida e internação em estabelecimento prisional são algumas das medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente, quando constatada a prática de ato infracional.

III - O princípio de intervenção máxima é um dos mais importantes dentre os que regem a aplicação das medidas específicas de proteção.

IV - Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária determinará, obrigatoriamente, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas IV.
- D) Apenas I, II e IV.

48. A Lei Federal nº. 12.594/2012, que Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), prevê que a reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável. A alternativa que descreve um dos motivos que justifica o pedido de reavaliação é:

- A) o compromisso oral do adolescente em não cometer o mesmo ato infracional outrora cometido.
- B) a inadaptação do adolescente ao programa e um único descumprimento das atividades do plano individual.
- C) a necessidade de modificação das atividades do plano individual que importem em maior restrição da liberdade do adolescente.
- D) o desempenho adequado do adolescente com base no seu plano de atendimento individual, após o prazo da reavaliação obrigatória.

49. Sobre o rol de medidas socioeducativas previstas em lei e suas especificações, afirma-se que:

- A) a advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada, sendo necessária a assinatura dos pais no momento da advertência.
- B) a liberdade assistida consiste em acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente por pessoa designada pela autoridade, fixada pelo prazo superior a 6 meses.
- C) a autoridade poderá determinar, em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o

prejuízo da vítima.

D) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres.

50) Assinale a alternativa correta em relação ao Conselho Tutelar:

A) São atribuições do Conselho Tutelar, dentre outras, promover a execução de suas decisões, podendo para tanto expedir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

B) O Conselho Tutelar é órgão transitório, vinculado ao Poder Judiciário, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

C) Em cada município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração Pública local, composto de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

D) São impedidos de servir no mesmo Conselho, dentre outros, marido e mulher.

QUESTÃO DISSERTATIVA

Para a questão dissertativo-argumentativa será apresentada uma situação hipotética referente ao Conselho Tutelar, medidas de proteção, direito à convivência familiar e consequências da prática de atos infracionais que deverá ser analisada pelo candidato.

Do caso em tela, deverá ser construído um texto, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, conforme as instruções:

INTRODUÇÃO (primeiro parágrafo - resumo dos fatos):

Inicia-se com o estabelecimento dos fatos, o autor deve fazer um breve resumo dos fatos a serem descritos e analisados, antes da resposta do primeiro tópico. Deve-se escrever **apenas um parágrafo que sintetize o fato.**

DESENVOLVIMENTO (um parágrafo para cada tópico: argumentos)

Os parágrafos de **desenvolvimento** devem **abordar os tópicos propostos**, ligando-os, de maneira coesiva, às partes do caso fictício, os fatos devem ser descritos detalhadamente e pode-se fazer a aplicação de alguma lei, norma ou conhecimento que couber para analisar o caso. Nos parágrafos de desenvolvimento o candidato irá **aplicar os conhecimentos específicos**, evidenciando que conhece a lei, norma ou teoria que escolheu aplicar;

CONCLUSÃO (último parágrafo: observação final e solução do problema):

Síntese dos pontos centrais da análise ou a solução geral proposta para o caso fictício, sempre com base no conhecimento cujo domínio o candidato deve mostrar ao examinador.

Situação hipotética: Ao ser notificado por vizinhos, o Conselho Tutelar constatou, em determinada residência, que crianças estão constantemente em risco porque seus pais estão sempre alcoolizados. Nesta situação quais medidas podem ser tomadas?

